

**Relatório da Administração**

**I DESENVOLVE SP - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A.**

A Desenvolve SP, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e integrante da administração indireta do Estado de São Paulo, tem por objetivo atender as micro, pequenas e médias empresas e os municípios paulistas, por meio de opções de crédito sustentável, colaborando diretamente para a qualidade de vida da população. Sua atividade-fim é o financiamento de capital fixo e de giro associados a projetos produtivos, visando ao aumento da competitividade e sustentabilidade da economia paulista.

A instituição, que completou dez anos de atuação em março, possui sede na capital do estado de São Paulo, com capital integralizado de R\$ 1 bilhão. Com a publicação do Decreto nº 64.059/2019, de 01 de janeiro de 2019, a Desenvolve SP passou a ser vinculada à Secretaria da Fazenda e Planejamento.

A nova diretoria da Desenvolve SP é composta pelos seguintes dirigentes: Nelson Antônio de Souza - Presidente; Wilson Bevilacqua Otero - Diretor de Negócios e Fomento, e Diretor Administrativo, de Projetos e Processos em exercício; e Carlos Eduardo Sampaio Lofrano - Diretor Financeiro e de Crédito.

Tomaram posse, também, no primeiro semestre de 2019, os conselheiros de administração e fiscais eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2019, respeitando os preceitos da Lei Federal nº 13.313, de 14 de julho de 2016, e do Decreto Estadual nº 62.349, de 26 de dezembro de 2016.

**Público-alvo**  
A Desenvolve SP atende às empresas instaladas e com sede no estado de São Paulo, com faturamento anual de R\$ 81 mil até R\$ 300 milhões, dos setores produtivos: agronegócio, comércio, indústria e serviços. As prefeituras e os órgãos da administração direta e indireta dos municípios também fazem parte do público atendido pela instituição, por meio de linhas de financiamento específicas para o setor público.

**II ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO**

Ciente de seu papel e alinhada às políticas públicas do Estado de São Paulo, a Desenvolve SP busca promover, cada vez mais, o desenvolvimento sustentável de longo prazo por meio de seus produtos e serviços, primando pela boa gestão, pelo crédito responsável e pela qualidade de sua carteira de clientes. Além disso, a instituição trabalha para desenvolver novos negócios que atendam às necessidades de seus clientes e que agreguem valor à empresa financiada.

Para isso, a Desenvolve SP opera por meio de linhas de financiamento, fundos de investimento, parcerias, entre outros e tendo como foco de atuação os itens do gráfico a seguir, os quais serão detalhados na sequência:

**INOVAÇÃO**  
- Inovação como princípio transversal em todo plano de negócios da instituição;  
- Estar presente nos núcleos inovadores e nos negócios correlacionados;  
- Criar produtos e soluções financeiras inovadoras;  
- Atualizar a arquitetura tecnológica da instituição;  
- Ampliar a atuação em Fundos de Investimento em Participações.

Com o objetivo de estar em conformidade perante os órgãos reguladores, bem como aumentar o nível de maturidade dos processos relacionados à segurança da informação da Desenvolve SP, foram elaborados a Política de Segurança Cibernética (PSC) e os Planos de Ação e de Resposta a Incidentes (PARI). A Política de Segurança Cibernética estabelece os princípios, conceitos, atribuições e práticas que devem ser adotadas pela instituição, visando à proteção das informações relevantes processadas por serviços de computação em nuvem.

Neste semestre, a Desenvolve SP realizou a pesquisa “Investimentos e Inovação - 2019” para traçar o perfil e a percepção dos empreendedores sobre inovação e necessidades de investimento. A pesquisa contou com 4228 participantes de todo o estado de São Paulo e trouxe apontamentos importantes sobre o tema, que indicaram caminhos para a Agência diversificar seu portfólio e atender com excelência o setor privado. Para aprimorar o cumprimento de sua missão e dar continuidade às suas diretrizes estratégicas, apoiando o aumento da produtividade, competitividade e o desenvolvimento econômico e social do estado de São Paulo e considerando a importância da inovação no setor produtivo, a Desenvolve SP em parceria com a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) concluíram um estudo para identificar quais os setores mais estratégicos para o estado e com maiores potenciais para proporcionar resultados mais efetivos, considerando as características e dinâmica socioeconômica das diversas regiões administrativas. Foram obtidos dados, indicadores e informações que permitiriam caracterizar o perfil regional do estado, assim como elementos portadores de oportunidades específicas, para identificar as características e as principais tendências de cada região administrativa.

O resultado desse estudo, concluído e apresentado à diretoria da Desenvolve SP e ao seu Conselho de Administração no primeiro semestre de 2019, visa subsidiar as iniciativas da instituição na seleção de projetos a serem financiados com ênfase no segmento de inovação, bem como a definição de políticas de atuação nas diversas regiões.

**MICROCRÉDITO**  
- Ampliar o projeto Juro Zero Empreendedor, em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (Sebrae) e o Governo do Estado;  
- Elaborar parceria com o Banco do Povo Paulista e outras entidades que atuam nesse nicho de mercado, utilizando a sua capilaridade para disponibilizar linhas de financiamento da Desenvolve SP.  
Neste semestre, a Desenvolve SP participou do primeiro Feirão de Microcrédito do Banco do Povo Paulista, com o tema “A importância do crédito para os empreendedores e o papel da Desenvolve SP no fomento do empreendedorismo no estado”.

Desde a transferência da gestão e da carteira do Fundo Banco do Povo Paulista para a Desenvolve SP, até junho de 2019, foram desembolsados R\$ 231,5 milhões, por meio de 29 mil contratos, beneficiando 473 municípios. Somente no primeiro semestre de 2019, foram desembolsados R\$ 70,3 milhões para 8,6 mil microempreendedores.

Cumprir destacar que para a continuação do Programa Juro Zero Empreendedor (PROME), uma parceria entre o Sebrae-SP e o Banco do Povo Paulista, o qual é operacionalizado pela Desenvolve SP, em janeiro de 2019, foram aportados mais R\$ 3 milhões. De agosto de 2017 até junho de 2019, o referido Programa desembolsou R\$ 15,4 milhões para 1.175 Microempreendedores individuais (MEIs).

**MICRO E PEQUENAS EMPRESAS**  
- Criar produtos e soluções financeiras inovadoras, em ambiente digital, específicas para esse público;  
- Potencializar parcerias para atendimento às micro e pequenas empresas, de forma regionalizada;  
- Utilizar os fundos governamentais para subsidiar e garantir os financiamentos para as micro e pequenas empresas.

**PREFEITURAS**  
- Elaborar política de investimento para o setor público, considerando as características socioeconômicas e necessidades regionais;  
- Atuar alinhada aos programas governamentais, com ênfase na parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Regional.

- Apoiar projetos municipais em infraestrutura, mobilidade urbana, iluminação pública, entre outras, sempre com soluções inovadoras que permitam a modernização da gestão pública e que proporcionem o desenvolvimento regional;

- Buscar recursos de terceiros para apoiar programas governamentais.  
A Desenvolve SP participou do Seminário Paulista de Gestão, um dos maiores encontros de gestores públicos já promovidos no estado de São Paulo, que teve como objetivo oferecer aos administradores municipais paulistas uma oportunidade para aprimorar sua experiência por meio da interlocução com agentes de outras esferas do poder público, potencializando resultados que beneficiem cada vez mais os municípios paulistas e a população do estado.

**BALANÇO PATRIMONIAL**

**Em 30 de junho de 2019 e 2018** *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	30.06.2019	30.06.2018
<b>Circulante</b>		<b>544.865</b>	<b>560.172</b>
<b>Disponibilidades</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>2</b>
<b>Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos</b>	<b>5</b>	<b>131.786</b>	<b>214.023</b>
Carteira própria		131.786	214.023
<b>Operações de crédito</b>	<b>6</b>	<b>303.797</b>	<b>280.531</b>
Setor público		100.451	83.216
Setor privado		241.012	224.100
(Provisão para operações de crédito)		(37.666)	(26.785)
<b>Outros créditos</b>		<b>63.722</b>	<b>20.755</b>
Créditos tributários	<b>12</b>	6.211	18.945
Créditos a receber		52.832	–
Rendas a receber		2.661	560
Diversos		2.021	1.253
(Provisão para outros créditos)		(3)	(3)
<b>Outros valores e bens</b>		<b>45.556</b>	<b>44.861</b>
Bens não de uso próprio		45.411	44.851
Despesas antecipadas		145	10
<b>Não circulante</b>		<b>1.250.192</b>	<b>1.086.585</b>
<b>Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos</b>	<b>5</b>	<b>369.484</b>	<b>231.114</b>
Carteira própria		370.973	233.856
(Provisões para desvalorizações)		(1.489)	(2.742)
<b>Operações de crédito</b>	<b>6</b>	<b>834.107</b>	<b>825.858</b>
Setor público		161.012	147.216
Setor privado		756.028	743.153
(Provisão para operações de crédito)		(82.933)	(64.511)
<b>Outros créditos</b>		<b>46.601</b>	<b>29.613</b>
Créditos tributários	<b>12</b>	46.460	29.467
Diversos		156	162
(Provisão para outros créditos)		(15)	(16)
<b>Permanente</b>	<b>7</b>	<b>34.322</b>	<b>34.758</b>
<b>Imobilizado de uso</b>		<b>31.008</b>	<b>31.501</b>
Imóveis de uso		31.761	31.761
Outras imobilizações de uso		1.795	1.697
(Depreciações acumuladas)		(2.548)	(1.957)
<b>Intangível</b>		<b>3.314</b>	<b>3.257</b>
Outros ativos intangíveis		5.444	5.144
(Amortização acumulada)		(2.130)	(1.887)
<b>Total do ativo</b>		<b>1.829.379</b>	<b>1.681.515</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**Em 30 de junho de 2019 e 2018** *(Em milhares de Reais)*

	Reservas de lucros				Total
	Capital realizado	Aumento de Capital	Especiais de lucro	Lucros ou prejuízos acumulados	
<b>Saldos em 01/01/2018</b>	<b>1.000.000</b>	<b>–</b>	<b>15.226</b>	<b>49.937</b>	<b>–</b>
Aumento de Capital	–	16.035	–	–	<b>16.035</b>
Lucro líquido do semestre	–	–	–	–	<b>1.311</b>
Destinações:					
Reservas	–	–	66	–	(66)
Dividendos	–	–	–	(1.279)	<b>(1.279)</b>
Reserva de lucros	–	–	–	–	(1.245)
<b>Saldos em 30/06/2018</b>	<b>1.000.000</b>	<b>16.035</b>	<b>15.292</b>	<b>43.658</b>	<b>–</b>
<b>Mutações do semestre</b>	<b>–</b>	<b>16.035</b>	<b>66</b>	<b>(1.279)</b>	<b>–</b>
<b>Saldos em 01/01/2019</b>	<b>1.016.035</b>	<b>–</b>	<b>15.963</b>	<b>28.215</b>	<b>–</b>
Aumento de Capital	25.942	–	–	–	<b>25.942</b>
Lucro líquido do semestre	–	–	–	–	<b>18.918</b>
Destinações:					
Reservas legal	–	–	946	–	(946)
Dividendos	–	–	–	(4.493)	(4.493)
Juros sobre o capital próprio	–	–	–	6.552	(6.552)
Reserva de lucro	–	–	–	6.927	(6.927)
<b>Saldos em 30/06/2019</b>	<b>1.041.977</b>	<b>–</b>	<b>16.909</b>	<b>41.694</b>	<b>0,00</b>
<b>Mutações do semestre</b>	<b>25.942</b>	<b>–</b>	<b>946</b>	<b>13.479</b>	<b>0,00</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**COBRANÇA**

- Utilizar a tecnologia para gestão do relacionamento com devedores e para recuperação do crédito;  
- Buscar soluções alternativas de cobrança especializada externa.

**FUNDING**

- Aumentar a capacidade de financiamento, considerando a possibilidade de alavancagem da instituição;  
- Viabilizar captação de recursos de organismos nacionais e internacionais de desenvolvimento;  
- Buscar investidores privados e públicos, interessados na constituição de veículos de investimentos focados no financiamento de projetos a serem realizados em parceria com o Governo de São Paulo.

Em parceria com a Caixa Econômica Federal, a Desenvolve SP firmou, neste semestre, contrato de limite de crédito no valor de R\$ 165 milhões para ser destinado a financiamentos do Programa Pró-Transporte, com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Tais recursos promoverão a melhoria da mobilidade urbana, da acessibilidade universal, da qualidade de vida e do acesso aos serviços básicos e equipamentos sociais nos municípios paulistas, por meio de investimentos em sistemas e infraestrutura de mobilidade urbana, compatíveis com as características locais e regionais, priorizando os modos de transporte público coletivo e os não motorizados.

**1 Linhas de Financiamento**

A Desenvolve SP possui, em seu portfólio de produtos, 22 linhas de financiamento para o setor privado que atendem diversas áreas e atividades, financiando desde capital de giro, aquisição de máquinas e equipamentos, até grandes projetos de investimento em ampliações e modernização, incluindo projetos inovadores e sustentáveis.

No primeiro semestre de 2019, destaca-se a reativação da linha do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a BNDES Fundo Clima, voltada para o financiamento de máquinas e equipamentos que possuem maiores índices de eficiência energética e que contribuam para redução de emissão de gases de efeito estufa.

A instituição oferece ainda dez linhas de financiamento voltadas para o setor público, que visam incrementar o crescimento dos municípios e contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população paulista. Essas linhas oferecem taxas de juros competitivas e prazos longos, para apoiar a administração municipal na realização dos investimentos necessários à infraestrutura da cidade, sem comprometer a saúde financeira do município.

**2 Fundos Garantidores**

Conforme política de garantia vigente na Desenvolve SP, os fundos garantidores são uma alternativa para os pequenos e médios empresários que não possuem garantias reais suficientes para serem utilizadas nas operações de crédito. A instituição opera com três fundos garantidores: Fundo de Aval (FDA), Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas (Fampe) e Fundo Garantidor para Investimentos (FGI).

**3 Fundos de Desenvolvimento**

A Desenvolve SP é administradora de nove Fundos Especiais de Financiamento e Investimento do Estado de São Paulo, sendo eles: Fundo de Aval (FDA), Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Functec), Fundo de Apoio a Contribuintes do Estado de São Paulo (Funac), Fundo de Desenvolvimento Econômico do Vale do Ribeira (FVR), Fundo Estadual para Prevenção e Remediação de Áreas Contaminadas (Frepac), Fundo Estadual de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico (Fide), Fundo Estadual de Incentivo ao Desenvolvimento Social (Fides), Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Pontal do Paranapanema (Fundepar) e Fundo de Investimento de Crédito Produtivo Popular de São Paulo (Banco do Povo Paulista). Está em tratativa a transferência do Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (FUNDESPAR) para a Desenvolve SP.

**4 Fundos de Investimento em Participações**

Os fundos de investimento em participações são instrumentos financeiros, regulados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que selecionam e investem em empresas de grande potencial, em troca de sociedade nas mesmas. Os fundos são constituídos com capital de investidores qualificados, possuem tempo de vida definidos, assim como gestores habilitados e qualificados em encontrar e administrar as empresas selecionadas para esses investimentos.

A Desenvolve SP investe, hoje, em cinco fundos de investimento em participações: Fundo Inovação Paulista, Fundo Aeroespacial, Fundo Performa Investimentos SC-I, Fundo CRP Empreendedor e Fundo BBI Financial I.

Até 30 de junho de 2019, a Desenvolve SP investiu em 50 empresas por meio desses fundos, sendo que 39 destas estão localizadas no estado de São Paulo.

Em maio foi realizada na Desenvolve SP a primeira reunião com representantes de Agências de Fomento e Bancos de Desenvolvimento, ligados diretamente à atividade de investimento em Fundos de Investimento em Participações. Seis agências, Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. (Agerio), Badesul Desenvolvimento S.A. - Agência de Fomento do Rio Grande do Sul, Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB), Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bades), Agência de Fomento do Paraná S.A. (Fomento Paraná), além da própria Desenvolve SP foram representadas e confirmaram o interesse nesse tipo de instrumento para o desenvolvimento do País.

**5 Parceiros**

Por meio do modelo de atuação de parcerias com órgãos de classe, entidades representativas do segmento empresarial, fabricantes e revendedores de máquinas e equipamentos, a Desenvolve SP abrange todo o território paulista e viabiliza o acesso aos financiamentos para micro, pequenas e médias empresas.

No primeiro semestre de 2019, foram realizadas mais de 49 ações junto a parceiros, com a participação da Desenvolve SP em eventos como palestras, rodadas de atendimento, *workshops*, feiras de negócios e outros. Ao todo, foram registrados 616 atendimentos de negócios a pequenos e médios empresários paulistas, além do público impactado pela divulgação dos eventos e ações de *marketing*, realizadas por correio eletrônico, junto aos associados das entidades parceiras.

Entre essas ações realizadas pela Desenvolve SP vale destacar o *Workshop* Fungetur que teve como foco a divulgação da linha especial do Ministério do Turismo, para empresas do setor. No primeiro semestre de 2019, foram seis eventos realizados nas cidades de São Pedro, Araras, São Roque, Atibaia, Aparecida e Caraguatatuba.

Neste semestre, a Desenvolve SP também firmou parceria com a Associação das Emissoras de Rádio e Televisão do Estado de São Paulo (Aesp), para a realização de financiamentos de até R\$ 30 milhões para compra de equipamentos de radiodifusão e geração de energia renovável, beneficiando cerca de 400 emissoras de rádio e televisão paulistas. A iniciativa tem o objetivo de cumprir o Decreto nº 8.139/2013, do Governo Federal, que prevê a extinção do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias (AM), de caráter local.

Além disso, a Desenvolve SP tem acordo operacional firmado com as instituições financeiras Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Múltiplo Brasil Plural, KfW Bankengruppe, sendo este último o agente financeiro do Governo Federal Alemão, e também com o Sebrae-SP, dentre outras instituições.

**III DESEMPENHO OPERACIONAL**

**1 Desembolsos**

Os desembolsos acumulados desde 2009 totalizaram, em 30 de junho de 2019, o montante de R\$ 3,3 bilhões, com um total de 4.840 operações, para 2.667 empresas e 143 prefeituras distribuídas em 362 municípios.

No primeiro semestre de 2019, esses desembolsos somaram R\$ 174,2 milhões, sendo 64,7% liberados com recursos próprios, 18,6% com recursos do BNDES, 16,2% com recursos da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e 0,5% com recursos do Fundo Geral de Turismo (Fungetur), atendendo 217 empresas e 58 prefeituras, abrangendo um total de 128 cidades.

Desde 2010, a Desenvolve SP vem priorizando financiamentos a projetos de investimento, sendo 65,0% dos desembolsos do primeiro semestre de 2019 direcionados principalmente para esses projetos,

27,2% destinados a financiamento para capital de giro, enquanto 7,8% foram de financiamentos para aquisição de máquinas e equipamentos.

O setor da indústria teve 46,8% de participação no desembolso total do primeiro semestre de 2019, seguido pelo setor de governo com 27,5%, setor de serviços com 20,7%, setor de comércio com 4,6%, e setor do agronegócio com 0,4%.

Destacam-se também os desembolsos voltados para inovação, que atingiram a marca de R\$ 206,1 milhões no acumulado histórico, sendo que neste primeiro semestre dos R\$ 29,7 milhões, 95,4% foram realizados pela linha Inovacred da Finep.

As micro e pequenas empresas representam 49,1% do desembolso acumulado no período de 2013 a 2019 para inovação, o que está em consonância com a Lei Estadual nº 15.099, de 25 de julho de 2013, que dispõe sobre programas específicos de inovação tecnológica para empresas paulistas desse porte.

O Crédito Digital, plataforma da Desenvolve SP que aprova financiamentos para capital de giro, atingiu a marca de R\$ 101,5 milhões em empréstimos, para 934 empresas paulistas.

No Setor Público foram atendidas 58 prefeituras no primeiro semestre de 2019, totalizando 143 prefeituras no acumulado histórico.

**2 Saldo das Operações de Crédito**

Em 30 de junho de 2019, o saldo das operações de crédito da instituição totalizou R\$ 1.259 milhões, com um crescimento de 5,1% quando comparado a junho de 2018.

As operações de financiamento para projetos de investimento e aquisição de máquinas e equipamentos são as de maior representatividade, com 87,9% da carteira, consolidando o papel da Desenvolve SP como importante instrumento para a promoção do desenvolvimento da economia do estado de São Paulo. Em relação ao porte, 73,2% do total da carteira referem-se às micro, pequenas e médias empresas.

A representatividade do saldo de carteira do setor público alcançou 20,8%.

Considerando o prazo de vencimento das operações, a carteira está composta por 27,1% de operações com vencimento de até 360 dias e 72,9% acima de 360 dias. Vale destacar que 57,9% da carteira está classificada nos ratings “AA” e “A”.

O índice de inadimplência, em 30 de junho de 2019, era de 7,28%.

**IV DESEMPENHO FINANCEIRO**

A Desenvolve SP registrou no primeiro semestre de 2019 um lucro líquido de R\$ 18,9 milhões. Com Patrimônio Líquido de R\$ 1.101 milhões, o Retorno Anualizado sobre o Patrimônio Líquido (ROAE), em 30 de junho de 2019, foi de 3,53%. O resultado bruto da intermediação financeira foi de R\$ 49,3 milhões, com saldo líquido entre despesas operacionais e outras receitas de R\$ 22,6 milhões, gerando resultado operacional de R\$ 26,7 milhões.

Em 30 de junho de 2019, o total de ativos alcançou R\$ 1.829 milhões, composto por 62,2% de operações de crédito (52,4% de recursos próprios e 47,6% com recursos de terceiros), 27,4% de títulos e valores mobiliários e 10,4% de outros ativos.

**V DESTAQUES DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2019**

- Desenvolve SP completa 10 anos.  
- Posse da nova Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Desenvolve SP.  
- Levantamento dos procedimentos necessários para implementação dos dispositivos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade da pessoa natural.

- Elaboração da Política de Segurança Cibernética (PSC) e os Planos de Ação e de Resposta a Incidentes (PARI).  
- Responsabilidade Socioambiental: em consonância com os objetivos da Desenvolve SP na promoção do desenvolvimento sustentável, com menos danos ao meio ambiente e mais igualdade social, foram realizadas várias ações, como, por exemplo, as voltadas para a economia no consumo de água, tais como a manutenção de sistema de coleta de água da chuva e dos aparelhos condicionadores de ar, além da troca de torneiras. Com isso a Desenvolve SP obteve uma economia de 21% em relação ao mesmo período de 2018.

- Apresentação do pré-treinamento “Gestão Pública Colaborativa” às lideranças da Desenvolve SP, com conceitos gerais de como criar um modelo colaborativo com inovação, participação social e democracia, respeitando as características de cada órgão e setor.

- Realização da pesquisa “Investimentos e Inovação - 2019”, para traçar o perfil e a percepção dos empreendedores sobre inovação e necessidades de investimento.  
- Conclusão do estudo “Setores Estratégicos” em parceria com o Seade.

- Contrato com a Caixa Econômica Federal no valor de R\$ 165 milhões para o Programa Pró-Transporte, com recursos do FGTS.  
- Parceria com a Associação de Emissoras de Rádio e Televisão do Estado de São Paulo (Aesp), para financiamento de equipamentos de radiodifusão e geração de energia renovável.  
- Participação da Desenvolve SP no Seminário Paulista de Gestão.

- Participação da Desenvolve SP no primeiro Feirão de Microcrédito do Banco do Povo Paulista.  
- Desembolso acumulado na modalidade Crédito Digital supera a marca de R\$ 100 milhões.  
- Desembolso acumulado para Inovação supera a marca de R\$ 206 milhões.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			
Tomás Bruginiski de Paula - <i>Presidente do Conselho</i>			
Adailton Cesar da Costa Martins			
André Marcos Favero			
Francisco Vidal Luna			
Lidia Goldenstein			
Luciana Leal Coelho			
Nelson Antônio de Souza			
Roberto Brás Matos Macedo			
DIRETORIA COLEGIADA			
Nelson Antônio de Souza - Diretor Presidente			
Carlos Eduardo Sampaio Lofrano - Diretor Financeiro e de Crédito			
Wilson Bevilacqua Otero - Diretor de Negócios e Fomento e Diretor Administrativo, de Projetos e Processos em exercício			
COMITÊ DE AUDITORIA			
Francisco Vidal Luna - Presidente			
Jerônimo Antunes			
CONSELHO FISCAL			
<b>Efetivos:</b>			
Marcos D’Avino Mitidieri			
Roberto Yoshikazu Yamazaki			
Rubens Peruzin			
<b>Suplentes:</b>			
Gustavo Carvalho Tapia Lira			
Nelson Okamura			
Aparecida Massako Funagoshi Bovi			
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO			
Em 30 de junho de 2019 e 2018			
<i>(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)</i>			
	Nota	1º semestre 2019	

**d) Operações de crédito, obrigações por repasse e provisão para perdas em operações de crédito**

**d1. Operações de crédito e obrigações por repasse**

As operações de crédito e as obrigações por repasse estão registradas ao valor do principal, incorporando rendimentos e encargos auferidos até a data do balanço, em razão da fluência dos prazos.

Os rendimentos de operações de crédito com prazo igual ou superior a 60 dias são apropriados somente por ocasião do efetivo recebimento dos valores em atraso.

**d2. Provisão para operações de crédito**

A classificação das operações de crédito e a constituição das respectivas provisões para perdas são efetuadas, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, e leva em consideração a classificação das operações de crédito em níveis de risco AA - H e os percentuais mínimos esperados de perda, definidos pela referida resolução. A definição dos níveis de risco de crédito das operações é efetuada com base em metodologias internas de classificação de risco, incluindo premissas e julgamentos. Anualmente, as classificações das operações de crédito são revisadas.

A Administração adota a premissa da contagem em dobro dos prazos para constituição da provisão por atraso das operações de crédito com prazo superior a 36 meses, vencidas há mais de 120 dias e que possuam garantias reais, conforme facultado pelo artigo 4º, parágrafo primeiro, da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

**d3. Renegociações**

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, nos termos da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. As renegociações de operações de crédito, anteriormente baixadas como prejuízo, são classificadas como nível "H". Os eventuais ganhos provenientes de renegociações somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

**e) Outros valores e bens**

Compostos por bens não destinados a uso, correspondentes a imóveis ou equipamentos disponíveis para venda, recebidos em dação de pagamento, registrados pelo menor valor entre o valor contábil do crédito e o valor da avaliação do bem; e Despesas Antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.

**f) Ativo permanente**

O ativo permanente é registrado ao custo de aquisição líquido das respectivas depreciações e amortizações acumuladas.

A depreciação e a amortização são reconhecidas no resultado pelo método linear, considerando a taxa apresentada na nota explicativa nº 7. Terrenos não são depreciados.

A vida útil e os valores residuais dos bens são reavaliados e ajustados, se necessários, em cada data do balanço ou quando aplicáveis.

**g) Tributos**

Os tributos são apurados, conforme alíquotas a seguir:

Tributo	Alíquota
Imposto de Renda - IRPJ (15% + Adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	15%
Programa de Integração Social - PIS	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	Até 5%

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida de adicional de 10% sobre o excedente a R\$ 240 mil no ano.

Conforme a legislação tributária, a Desenvolve SP optou pelo recolhimento mensal do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido com base na estimativa da receita, a título de antecipação do efetivo pagamento, devido no ajuste anual.

A partir de 1º de janeiro de 2019, a alíquota da contribuição social aplicável sobre o lucro real, que era de 20%, volta a ser de 15%, conforme inciso I, do art. 1º, da Instrução Normativa nº 1.591, de 5 de novembro de 2015.

Os créditos e obrigações tributárias diferidas referentes ao imposto de renda e contribuição social são constituídos através das diferenças temporárias, entre o resultado contábil e fiscal. A expectativa de realização destes créditos está demonstrada na nota explicativa nº 12 b.

**h) Demais ativos e passivos**

Os demais ativos e passivos são apresentados pelos valores de realização ou liquidação na data do balanço.

**i) Contingências**

A Instituição segue as diretrizes da Resolução CMN nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, emitida pelo Banco Central do Brasil, referente aos procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, contingências passivas e contingências ativas.

A constituição da provisão para contingências passivas é realizada sempre que a opinião dos assessores jurídicos em relação à perda seja classificada como provável e que haja uma estimativa confiável dos montantes envolvidos. Os passivos contingentes são divulgados em notas explicativas, a menos que seja remota a possibilidade de ocorrer qualquer desembolso na liquidação.

**4 - Caixa e equivalentes de caixa**

	30.06.2019	30.06.2018
Disponibilidades	4	2
Cotas de Fundo de Renda Fixa	22.670	79.918
<b>Total de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>22.674</b>	<b>79.920</b>

**d) Carteira por níveis de risco e prazos de vencimento**

	Operações em Curso Normal								30.06.2019	30.06.2018	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total da Carteira	Total da Carteira
<b>Parcelas Vencidas</b>	<b>345.285</b>	<b>383.486</b>	<b>148.639</b>	<b>179.041</b>	<b>53.952</b>	<b>13.872</b>	<b>10.336</b>	<b>5.337</b>	<b>6.311</b>	<b>1.146.259</b>	<b>1.118.517</b>
01 a 30	10.502	8.967	3.580	3.121	1.412	477	333	70	209	28.671	25.992
31 a 60	9.451	7.825	3.189	2.352	1.078	319	387	67	193	24.861	21.162
61 a 90	9.396	7.957	3.222	2.461	1.098	373	346	67	180	25.100	21.792
91 a 180	28.583	23.107	10.422	7.915	3.182	1.131	915	200	517	75.972	85.820
181 a 360	56.353	45.477	20.003	16.751	6.146	2.225	2.040	333	903	150.231	127.484
Acima de 360	231.000	290.153	108.223	146.441	41.036	9.347	6.315	4.600	4.309	841.424	836.267
<b>Parcelas Vencidas</b>	<b>-</b>	<b>334</b>	<b>782</b>	<b>576</b>	<b>343</b>	<b>68</b>	<b>231</b>	<b>105</b>	<b>79</b>	<b>2.518</b>	<b>2.136</b>
01 a 30	-	334	782	533	334	46	229	105	71	2.434	1.924
31 a 60	-	-	-	43	9	22	2	-	8	84	212
<b>Subtotal</b>	<b>345.285</b>	<b>383.820</b>	<b>149.421</b>	<b>179.617</b>	<b>54.295</b>	<b>13.940</b>	<b>10.567</b>	<b>5.442</b>	<b>6.390</b>	<b>1.148.777</b>	<b>1.120.653</b>

	Operações em Curso Anormal <sup>(a)</sup>								30.06.2019	30.06.2018	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total da Carteira	Total da Carteira
<b>Parcelas Vencidas</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.413</b>	<b>164</b>	<b>930</b>	<b>54.880</b>	<b>32.728</b>	<b>93.115</b>	<b>67.688</b>
01 a 30	-	-	-	-	144	6	32	719	824	1.725	1.363
31 a 60	-	-	-	-	47	6	32	719	427	1.231	963
61 a 90	-	-	-	-	47	6	32	719	626	1.430	1.164
91 a 180	-	-	-	-	277	19	75	2.157	1.877	4.405	3.469
181 a 360	-	-	-	-	606	38	150	4.315	3.597	8.706	6.627
Acima de 360	-	-	-	-	3.292	89	609	46.251	25.377	75.618	54.102
<b>Parcelas Vencidas</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>196</b>	<b>28</b>	<b>149</b>	<b>5.790</b>	<b>10.448</b>	<b>16.611</b>	<b>9.344</b>
01 a 30	-	-	-	-	58	6	33	803	427	1.327	1.021
31 a 60	-	-	-	-	60	9	25	814	626	1.534	1.289
61 a 90	-	-	-	-	78	9	27	819	626	1.559	1.323
91 a 180	-	-	-	-	-	4	64	2.364	1.906	4.338	2.747
181 a 360	-	-	-	-	-	-	-	990	3.711	4.701	2.625
Acima de 360	-	-	-	-	-	-	-	3.152	3.152	3.152	339
<b>Subtotal</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.609</b>	<b>192</b>	<b>1.079</b>	<b>60.670</b>	<b>43.176</b>	<b>109.726</b>	<b>77.032</b>
<b>Total</b>	<b>345.285</b>	<b>383.820</b>	<b>149.421</b>	<b>179.617</b>	<b>59.904</b>	<b>14.132</b>	<b>11.646</b>	<b>66.112</b>	<b>49.566</b>	<b>1.258.503</b>	<b>1.197.685</b>

(a) Operações vencidas acima de 59 dias.

**e) Constituição da provisão para operações de crédito por níveis de risco**

	30.06.2019	30.06.2018			
<b>Nível de Risco</b>	<b>Provisão %</b>	<b>Valor das Operações</b>	<b>Provisão</b>	<b>Valor das Operações</b>	<b>Provisão</b>
AA	0,5	345.287	-	400.526	-
A	0,5	383.820	1.919	302.454	1.512
B	1,0	149.421	1.494	192.757	1.928
C	3,0	179.615	5.388	125.330	3.760
D	10,0	58.905	5.891	41.034	4.103
E	30,0	14.132	4.240	47.141	14.142
F	50,0	11.645	5.823	37.152	18.576
G	70,0	66.113	46.279	13.387	9.371
H	100,0	49.565	49.565	37.904	37.904
<b>Total</b>	<b>1.258.503</b>	<b>120.599</b>	<b>1.197.685</b>	<b>91.296</b>	<b>91.296</b>

**f) Movimentação da provisão para créditos**

	30.06.2019	30.06.2018
<b>Saldo Inicial</b>	<b>108.053</b>	<b>65.322</b>
Créditos baixados para prejuízo	(6.615)	(4.337)
Provisão constituída	19.161	30.311
<b>Saldo Final</b>	<b>120.599</b>	<b>91.296</b>

**g) Informações complementares**

	30.06.2019	30.06.2018
Créditos renegociados <sup>(a)</sup>	545	31.159
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	1.368	5.843

<sup>(a)</sup> Considera-se renegociação qualquer tipo de acordo que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas.

**7 - Imobilizado de Uso e Intangível**

**a) Imobilizado de Uso**

	Taxa de Depreciação	Custo	Depreciação	Custo líquido de Depreciação	30.06.2019	30.06.2018
Imóveis de Uso:						
- Terrenos		11.600	-	11.600	11.600	11.600
- Edificações	1,67%	20.161	(1.458)	18.703	19.125	19.125
Outras Imobilizações de Uso:						
Móveis e Equipamentos	3,33% a 20%	1.395	(828)	567	620	620
Sistema de Processamento de Dados	20%	109	(84)	25	36	36
Sistema de Comunicação	6,67% a 20%	174	(112)	62	58	58
Instalações	10%	117	(66)	51	62	62
<b>Total em 30.06.2019</b>	<b>33.556</b>	<b>(2.548)</b>	<b>31.008</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total em 30.06.2018</b>	<b>33.458</b>	<b>(1.957)</b>	<b>-</b>	<b>31.501</b>	<b>-</b>	<b>31.501</b>

**b) Intangível**

	Custo	Amortização	Custo líquido de Amortização	30.06.2019	30.06.2018
Outros Ativos Intangíveis:					
- <i>Software</i>	5.444	(2.130)	3.314	3.257	-
<b>Total em 30.06.2019</b>	<b>5.444</b>	<b>(2.130)</b>	<b>3.314</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total em 30.06.2018</b>	<b>5.144</b>	<b>(1.887)</b>	<b>-</b>	<b>3.257</b>	<b>-</b>

**8 - Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais**

	30.06.2019				30.06.2018			
	0-30	31-180	181-360	Acima de 360	Total	%	Total	%
BNDES	10.031	45.671	52.837	286.140	394.679	66,43	361.505	67,57
Outras Instituições Oficiais	1.789	8.941	12.976	133.229	156.935	26,42	107.226	20,04
FINAME	1.336	5.148	5.831	30.158	42.473	7,15	66.285	12,39
<b>Total</b>	<b>13.156</b>	<b>59.760</b>	<b>71.644</b>	<b>449.527</b>	<b>594.087</b>	<b>100,00</b>	<b>535.016</b>	<b>100,00</b>

**9 - Outras obrigações**

**a) Sociais e estatutárias**

	30.06.2019	30.06.2018
Juros sobre o capital próprio	4.493	1.245
Participação nos lucros	1.197	-
<b>Total</b>	<b>5.690</b>	<b>1.245</b>

**b) Fiscais e previdenciárias**

	30.06.2019	30.06.2018
Imposto de Renda	1.893	3.367
Contribuição Social	1.591	3.079
Impostos e contribuições sobre salários	2.117	1.901
Impostos e contribuições diferidos	1.137	682
COFINS	415	355
PIS	68	58
Outros	81	77
<b>Total</b>	<b>7.302</b>	<b>9.519</b>

**5 - Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos**

**a) Composição da carteira**

	30.06.2019		30.06.2018	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	107.962	296.280	134.105	172.435
Cotas de Fundos de Renda Fixa	22.670	-	79.918	-
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP	-	73.322	-	59.723
Cotas de Fundos Garantidores de Operações de Crédito	1.154	1.371	-	1.698
(-) Provisões para desvalorizações	-	(1.489)	-	(2.742)
<b>Total</b>	<b>131.786</b>	<b>369.484</b>	<b>214.023</b>	<b>231.114</b>

As Cotas do Fundo de Renda Fixa, Cotas de Fundos de Investimento em Participações e Letras Financeiras do Tesouro são custodiadas pelo Banco do Brasil S.A.

Em 30 de junho de 2019 e 2018, a Instituição não possuía em aberto operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

**b) Cotas de fundos de investimento em participações**

Estas aplicações são administradas por instituições financeiras privadas. As cotas destes fundos são avaliadas pelos valores divulgados, pelo respectivo administrador, na data base do balanço. Em 30 de junho de 2019 e 2018, estavam assim compostas:

Fundos	30.06.2019		30.06.2018		Valor Atualizado/Contábil
	Capital Subscrito	Capital Inte-gralizado	Capital Subscrito	Capital Inte-gralizado	
Inovação Paulista (FIP)	25.000	23.285	30.095	25.000	20.237
BBI Financial I (FIP)	10.000	9.600	24.004	10.000	9.160
CRP Empreendedor (FIP)	10.000	5.286	9.029	10.000	5.236
Aeroespacial (FIP)	15.000	7.536	7.485	15.000	6.262
Performa Investimentos SC - I (FIP)	2.000	1.939	1.220	2.000	1.825
<b>Total</b>	<b>6</b>				

**e) Risco de Mercado**
A estrutura de gerenciamento do risco de mercado deve prever sistemas que considerem todas as fontes significativas desse risco e utilizem dados confiáveis de mercado, tanto internos quanto externos. Segundo a Política de Investimentos da instituição, a gestão dos recursos da tesouraria tem perfil conservador, não se expando em demasia a riscos. Desta forma, considerando que a carteira da instituição é composta pelas operações de crédito e pelos recursos da tesouraria e, além disso, que essa carteira é bancária, isto é, não classificada na carteira de negociação, consideramos o Risco de Variação das Taxas de Juros para os Instrumentos Classificados na Carteira Bancária como um risco não relevante. No entanto, esse risco deve ser gerenciado, monitorado e reportado à alta administração, a fim de estimar PR compatível com os riscos assumidos pela instituição. Não há alocação de capital para ese risco. No entanto, seu valor é deduzido do PR para fins de cálculo de compatibilidade de capital e margem para alavancagem.

**f) Gerenciamento de Capital**
A estrutura de gerenciamento de capital deve possibilitar a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita. A Diretoria Colegiada e o Conselho de Administração aprovaram o Plano de Capital, que deve ser consistente com o planejamento estratégico da instituição, e o Plano de Contingência de Capital.

**20 - Programa de Testes de Estresse**
O Programa de Testes de Estresse abrange os riscos relevantes, conforme definido na RAS da instituição, e o Risco de Variação das Taxas de Juros para os Instrumentos Classificados na Carteira Bancária.

**21 - Relatórios**
A Diretoria Colegiada, o Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração recebem, mensalmente, relatórios gerenciais versando sobre o gerenciamento de riscos e de capital.

**22 - Limites Operacionais**
O CMN, por meio do Bacen, divulgou, em 2013, as Resoluções nº 4.192 e nº 4.193, que norteiam os cálculos para o requerimento de capital compatível com o risco das atividades desenvolvidas pelas instituições financeiras.

Foram definidas regras para garantir a compatibilidade do capital da instituição com os riscos de mercado, de crédito, de liquidez e operacional, no âmbito de Basileia III. Na Desenvolve SP, o cálculo das parcelas referentes ao requerimento de capital para suportar esses riscos é efetuado com base nos modelos padronizados, divulgados pelo Bacen. A Desenvolve SP encontra-se devidamente enquadrada aos limites operacionais estabelecidos pela regulamentação vigente, conforme espelha a tabela abaixo:

DIRETORIA COLEGIADA		CONTADOR	
<b>Nelson Antônio de Souza</b> Diretor Presidente	<b>Wilson Bevilacqua Otero</b> Diretor de Negócios e Fomento e Diretor Administrativo, de Projetos e Processos em exercício	<b>Carlos Eduardo Sampaio Lofrano</b> Diretor Financeiro e de Crédito	<b>Lucivaldo Pereira Lima</b> CRC 1SP258038/O-1

## PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os Conselheiros de Administração da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras relativos ao semestre findo em 30 de junho de 2019, e à vista do Relatório dos Auditores Independentes apresentado, e das conclusões do Comitê de Auditoria, apresentadas em seu Relatório, onde recomendam a este Conselho de Administração a aprovação das Demonstrações Financeiras, opinam que os referidos documentos estão em condições de serem submetidos à Assembleia Geral Ordinária para aprovação.

São Paulo, 21 de agosto de 2019.			
TOMÁS BRUGINSKI DE PAULA Presidente			
ADAILTON CÉSAR DA COSTA MARTINS Conselheiro	ANDRÉ MARCOS FAVERO Conselheiro	EDUARDO MARSON FERREIRA Conselheiro	FRANCISCO VIDAL LUNA Conselheiro
LÍDIA GOLDENSTEIN Conselheira	LUCIANA LEAL COELHO Conselheira	NELSON ANTÔNIO DE SOUZA Conselheiro	ROBERTO BRÁS MATOS MACEDO Conselheiro

## RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

### 1 INTRODUÇÃO

#### 1.1 Constituição e Regulamentação do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. foi instituído em novembro de 2012 em atendimento à Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 3.198, de 27 de maio de 2004 e ao artigo 24 do Estatuto Social da instituição e sua atuação segue, ainda, as regras de funcionamento estabelecidas na Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, no Decreto Estadual nº 62.349, de 26 de dezembro de 2016, no Estatuto Social da Desenvolve SP e em seu Regimento Interno, aprovado pelo Conselho de Administração em 29 de janeiro de 2015.

#### 1.2 Principais atribuições do Comitê de Auditoria

Compete ao Comitê de Auditoria assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições relacionadas ao acompanhamento das práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras da instituição, na qualidade e eficácia dos sistemas de controles internos e de administração de riscos e na indicação e avaliação da efetividade da Auditoria Independente e da Auditoria Interna.

O Comitê de Auditoria atua como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento ao Conselho de Administração, sem poder decisório ou atribuições executivas. Para assegurar sua atuação de forma eficiente, além das informações financeiras serem apresentadas mensalmente ao comitê, seus membros se reúnem, periodicamente, com a Superintendência de Controle de Riscos, *Compliance* e Normas para avaliar as ações de gerenciamento de riscos, de *compliance* e de controles internos, com a Auditoria Independente, para discutir os exames e conclusões relativos ao planejamento e execução dos exames de auditoria das demonstrações financeiras do exercício (semestral e anual) e, com a Auditoria Interna, para supervisão dos seus trabalhos e para fornecer orientações técnicas demandadas.

#### 1.3 Composição

O Comitê de Auditoria, com funcionamento permanente, é composto por três membros, sem mandato fixo, eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração. Os membros do comitê são independentes e suas funções são indelegáveis, além de possuírem capacitação técnica para o exercício do cargo. Em 14/01/2019, o Senhor Carlos Sampaio Lofrano renunciou ao cargo de membro deste Comitê. Em decorrência dessa renúncia, excepcionalmente, este Colegiado realizou suas reuniões com a presença de dois participantes no período abrangido por esse relatório. Atualmente, aguarda-se a conclusão dos procedimentos de eleição, aprovação e posse do novo membro que virá completar a formação do Comitê.

#### 2 ATIVIDADES REALIZADAS NO PERÍODO

Até 2016, o presente relatório contemplava informações de um período anual coincidente ao ano fiscal, porém, considerando que as atividades anuais do Comitê de Auditoria se encerram na aprovação das demonstrações financeiras do exercício anterior, que normalmente ocorre até março do ano subsequente, este Comitê decidiu que o seu relatório deve incluir atividades até essa data.

Os relatórios deste Comitê de Auditoria contemplam a seguinte periodicidade:

- Relatório Semestral:** início na 1ª reunião após a aprovação das demonstrações financeiras anuais do exercício social anterior até a reunião que aprova as demonstrações financeiras do 1º semestre encerrado no exercício social subsequente.
- Relatório Anual:** início na 1ª reunião após a aprovação das demonstrações financeiras anuais do exercício social anterior até a reunião que aprova as demonstrações financeiras anuais do exercício social subsequente.

O Comitê de Auditoria reuniu-se 06 (seis) vezes entre março de 2019 a agosto de 2019, realizando 36 sessões de debates, análises, esclarecimentos e, quando pertinentes, recomendações de melhorias nos processos à administração da Agência.

Essas reuniões envolveram o Conselho Fiscal, Diretores, Superintendentes e Gerentes da instituição, auditoria interna e externa. As atas das reuniões, expressando de forma resumida o conteúdo discutido nas reuniões, são encaminhadas mensalmente ao Conselho de Administração, bem como são apresentados os relatórios detalhados das atividades do Comitê de Auditoria, emitidos em bases semestrais e anuais. As versões resumidas dos relatórios acompanham as demonstrações financeiras publicadas e tais documentos permanecem à disposição, na sede da instituição, dos auditores independentes e da área de fiscalização do Banco Central do Brasil (BACEN).

#### 3 RECOMENDAÇÕES APRESENTADAS À DIRETORIA E AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Comitê de Auditoria efetuou recomendações à administração da instituição visando o aperfeiçoamento dos processos de gerenciamento de riscos, *compliance* e de controles internos e da gestão econômico-financeira em geral, incluindo a avaliação e concessão de créditos. Tais recomendações foram analisadas e estão sendo implantadas pela administração da instituição.

#### 4 AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DOS SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS

A administração é responsável pelo desenho e pela implantação de políticas, procedimentos, processos e práticas de controles internos que assegurem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos e a identificação, quantificação e mitigação, em níveis aceitáveis, dos fatores de risco da instituição.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Acionistas e Administradores da  
**Desenvolve SP - Agencia de Fomento do Estado de São Paulo S.A.**  
São Paulo - SP

#### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. (“Desenvolve SP”)**, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Desenvolve SP** em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à **Desenvolve SP**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

#### Provisão para operações de crédito

Conforme mencionado na nota explicativa nº 6, as demonstrações contábeis incluem provisão para operações de crédito no montante de R\$120.599 mil, considerando os parâmetros estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), por meio da Resolução nº 2.682/99, que considera a classificação das operações de crédito de acordo com seu risco, sendo “AA” para risco mínimo e “H” para risco máximo, conjugados com os percentuais estabelecidos naquela Resolução. Os níveis de risco são determinados pela metodologia interna, que considera premissas e julgamentos da Desenvolve SP. Devido à relevância das operações de crédito e as incertezas relacionadas à estimativa na provisão para operações de crédito, consideramos que este é um assunto significativo de auditoria.

#### Resposta da auditoria ao assunto

Nós avaliamos o desenho, a implementação e testamos a efetividade operacional dos controles-chaves e relacionados aos processos de aprovação, registro e atualização das operações de crédito, além das metodologias de avaliação e classificação dos níveis de risco das operações e de crédito (de AA à H), principais premissas utilizadas no cálculo e exatidão da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Efetuamos o recálculo da provisão e, com base em amostragem, avaliamos a aplicação da Resolução nº 2.682/99, bem como a adequada divulgação nas demonstrações contábeis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos anteriormente resumidos, consideramos adequada e aceitável a estimativa realizada para o provisionamento para operações de crédito, bem como as respectivas divulgações no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

#### Créditos tributários

Conforme nota explicativa nº 12, foram constituídos créditos tributários sobre diferenças temporárias no montante de R\$52.671 mil, que tomaram como base estudo de projeção de lucros tributários para a realização desses créditos tributários. A projeção de lucro tributário envolve julgamentos e premissas de natureza subjetiva, estabelecidas pela Administração com base em estudo do cenário atual e futuro, baseados em estratégias e cenários macroeconômicos, considerando o desempenho e crescimento esperado em seu mercado de atuação, conforme requisitos específicos do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil. Devido à relevância do saldo e à utilização de diferentes premissas suscetíveis a mudanças na projeção futura de lucro tributário que poderiam gerar diferentes valores ou prazos previstos para realização dos créditos tributários, com consequente impacto contábil, essa é uma área de estimativa crítica e foi definida como assunto significativo para nossa auditoria.

Nossos procedimentos consideram o entendimento do processo de apuração e registro nos termos das normas fiscais e contábeis para constituição dos créditos tributários, tendo sido efetuado seu recálculo e análise das premissas utilizadas com o auxílio de nossos especialistas da área tributária. Analisamos a consistência das premissas críticas utilizadas para a projeção dos resultados, tendo sido avaliado o atendimento às normas vigentes estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN). Nossos procedimentos incluíram a avaliação das divulgações realizadas nas demonstrações contábeis.

Com base nas evidências obtidas, com base nos procedimentos descritos, consideramos que os critérios e as premissas adotadas pela Administração são razoáveis e aceitáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações contábeis.

#### Outros assuntos:

#### Auditoria correspondente ao semestre anterior:

As demonstrações contábeis findas em 30 de junho de 2018, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes, com relatório datado de 17 de agosto de 2018, sem modificação.

ADEQUAÇÃO DE CAPITAL	VALOR (R\$ mil)
<b>PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)</b>	<b>1.097.266</b>
<b>PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA PARA O LIMITE DE BASILEIA</b>	<b>547.266</b>
PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA PARA O LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO	547.266
EXCESSO DE RECURSOS APLICADOS NO ATIVO PERMANENTE	–
<b>PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL I (PR_I)</b>	<b>1.097.266</b>
<b>PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL II (PR_II)</b>	<b>–</b>
<b>CAPITAL PRINCIPAL</b>	<b>1.097.266</b>
DESTAQUE DE CAPITAL PARA OPERAÇÕES COM O SETOR PÚBLICO	550.000
SITUAÇÃO PARA O LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO	31.008
PARCELA RWA <sub>CRPD</sub> - requerimento de capital referente ao risco de crédito - abordagem padronizada	1.408.014
PARCELA RWA <sub>MRPD</sub> - requerimento de capital referente ao risco de mercado - abordagem padronizada	–
PARCELA RWA <sub>CRPD</sub> - requerimento de capital referente ao risco operacional - abordagem padronizada	265.328
PARCELA RBAN - risco de taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação	1.430
<b>RWA - ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO (RWA<sub>OPAD</sub> + RWA<sub>MRPD</sub> + RWA<sub>OPAD</sub>)</b>	<b>1.673.341</b>
MARGEM OU INSUFICIÊNCIA DO LIMITE DE IMOBILIZAÇÃO	242.625
<b>ADICIONAL DE CAPITAL PRINCIPAL (mínimo = 1,875%)</b>	<b>41.834</b>
<b>MARGEM SOBRE O PR, CONSIDERANDO R<sub>BAN</sub> E ACP (BANCO CENTRAL)</b>	<b>370.135</b>
<b>MARGEM SOBRE O PR, CONSIDERANDO R<sub>BAN</sub> E ACP (DESENVOLVE SP)</b>	<b>211.167</b>
<b>POSSIBILIDADE DE ALAVANCAGEM (DESENVOLVE SP)</b>	<b>1.055.836</b>
<b>ÍNDICE DE BASILEIA (mínimo Bacen = 8,625%; mínimo DSP = 20%)</b>	<b>32,70%</b>
<b>ÍNDICE DE NÍVEL I (mínimo = 6%)</b>	<b>32,70%</b>
<b>ÍNDICE DE CAPITAL PRINCIPAL (mínimo = 4,5%)</b>	<b>32,70%</b>

#### 23. Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes após a data de encerramento das demonstrações contábeis.

A Auditoria Interna é responsável por aferir o grau de atendimento ou observância, por todas as áreas da instituição, dos procedimentos e práticas de controles internos e que estes se encontrem em efetiva aplicação.

A Superintendência de Controle de Riscos, *Compliance* e Normas (Suric) tem por responsabilidade garantir que os riscos assumidos no desenvolvimento das atividades da instituição estejam em conformidade com os níveis permitidos pelo Banco Central do Brasil e os limites definidos pela alta administração, fazendo com que as regras internas e os controles vigentes sejam conhecidos e cumpridos com rigor.

A firma BDO RCS Auditores Independentes - Sociedade Simples examinou as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 30 de junho de 2019. Baseado nas informações trazidas ao seu conhecimento, o Comitê de Auditoria registra com adequada a atuação da administração da Desenvolve SP com vistas a garantir a efetividade dos sistemas de controles internos e de gerenciamento de riscos da instituição. Considera, ainda, que as atribuições e responsabilidades, assim como os procedimentos relativos à avaliação e monitoramento dos riscos legais estão definidos e estão sendo praticados de acordo com as orientações corporativas.

#### 5 AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DAS AUDITORIAS INDEPENDENTE E AUDITORIA INTERNA

O Comitê de Auditoria mantém um canal regular de comunicação com os auditores internos e com os auditores independentes, permitindo ampla discussão dos resultados de seus trabalhos, dos aspectos contábeis e de controles internos relevantes e, em decorrência, avalia como plenamente satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas por esses profissionais, os quais apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras. Ademais, não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores independentes e/ou a autonomia dos auditores internos.

O Comitê de Auditoria acompanhou as atividades realizadas por ambas as auditorias e os resultados desses trabalhos não trouxeram ao conhecimento do Comitê a existência de riscos residuais que possam afetar a solidez e a continuidade da instituição. Em decorrência, o Comitê de Auditoria avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna e pela Auditoria Independente no período de tempo em tela, concernentes às avaliações dos procedimentos e práticas de controles internos da instituição e auditoria das demonstrações financeiras do primeiro semestre de 2019.

#### 6 AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A administração é responsável pela definição e implantação de sistemas de informações que produzem as demonstrações financeiras da instituição, em observância à legislação societária, práticas contábeis e normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Bacen.

O Comitê de Auditoria reuniu-se com os responsáveis pela área de contabilidade para análise dos procedimentos que envolveram o processo de preparação das demonstrações financeiras do primeiro semestre de 2019, das práticas contábeis brasileiras relevantes utilizadas pela instituição na sua elaboração e do cumprimento de normas editadas pelo CMN e Bacen.

Por fim, discutiu com os auditores independentes os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das referidas demonstrações financeiras, cujo relatório apresenta opinião sem ressalvas. Os principais pontos discutidos também se relacionaram com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com a obediência pelas normas do CMN e do Bacen e, ainda, com recomendações e demais apontamentos nos relatórios de controles internos e riscos e com a apresentação das demonstrações financeiras.

O Comitê de Auditoria verificou que as demonstrações financeiras estão apropriadas em relação às práticas contábeis à legislação societária, bem como às normas do CMN e do Bacen.

#### 7 CONCLUSÕES

Baseado nas informações recebidas das áreas responsáveis, nos relatórios da área de Controle de Riscos, *Compliance* e Normas, nos trabalhos da Auditoria Interna e nos relatórios produzidos pela Auditoria Independente, o Comitê de Auditoria conclui que não foram apontadas falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a continuidade da instituição.

O Comitê de Auditoria, em decorrência das avaliações fundamentadas nas informações recebidas da administração, da Auditoria Interna, da Auditoria Independente e da área responsável pelo monitoramento corporativo dos controles internos, riscos e *compliance*, ponderadas as limitações decorrentes do escopo de sua função, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras auditadas, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2019.

São Paulo, 20 de agosto de 2019.	
<b>Francisco Vidal Luna</b> Presidente Comitê de Auditoria	<b>Jerônimo Antunes</b> Membro Comitê de Auditoria

**Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**
A Administração da **Desenvolve SP** é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.
**Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis**
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **Desenvolve SP** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a **Desenvolve SP** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança e administração da **Desenvolve SP** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.
**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **Desenvolve SP**;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **Desenvolve SP**. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **Desenvolve SP** a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

## IBDO

**BDO RCS Auditores Independentes 55**  
**CRC 2 SP 013846/O-1**  
**Paulo Sérgio Barbosa**  
**Contador CRC 1 SP 120359/O-8**

São Paulo, 15 de agosto de 2019.